

efachetti@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



A “dívida” do agente público com o empreiteiro é quitada na forma de favorecimentos em licitações e contratos superfaturados, financiamentos de bancos públicos e medidas provisórias sob medida.

A morte da democracia

Pode não ser a delação do fim do mundo, como chegou-se a profetizar. Mas a delação dos ex-executivos da Odebrecht na Lava Jato decreta, isto sim, o fim do sistema político brasileiro, tal qual o conhecemos até hoje. Decorrente da delação, a lista de Fachin jogou a pá de cal em um sistema que já dava sinais de falência e evidencia de modo definitivo a necessidade de se promover transformações radicais. Está tudo errado, tudo errado...

O cidadão brasileiro é feito de palhaço, sendo conclamado a votar, a exercer a cidadania, a participar dos processos decisórios, a crer na inviolabilidade e na solidez da nossa democracia. Enquanto isso, a portas fechadas, em escritórios particulares ou gabinetes oficiais, a nata política e empresarial do país praticamente decide tudo por antecipação, à margem da legislação eleitoral e à revelia do povo. A Odebrecht manda no país, e a vontade popular é usurpada.

Além de nos provocar náuseas morais, assistir às gravações dos depoimentos dos delatores da construtora, a começar pelo maquiavélico “príncipe” Marcelo, faz-nos enxergar no espelho a cara de um perfeito bobo da corte – sim, que me desculpe o herdeiro da maior empreiteira da América Latina, mas bobos somos nós. O senhor, Doutor Marcelo, é cúmplice, corruptor e delator após se ver encurralado.



Baiano como a Odebrecht, Raul Seixas cantou que a solução é alugar o Brasil. O roqueiro morreu antes de poder descobri-lo, mas hoje, entre perplexos e indignados, os brasileiros se dão conta de que o país, na verdade, já está alugado há muito tempo, para a empreiteira fundada por Norberto Odebrecht e as demais integrantes do “Clube dos 16”. Só que a conta quem paga somos nós.

Eram eles, os magnatas do cartel, que praticamente decidiam, antes mesmo de a bola rolar, quem seria e quem não seria eleito em determinada campanha, por meio do abuso do poder econômico. Movidos pelo interesse em firmar contratos generosos com o poder público nas várias esferas, faziam a sua influência financeira prevalecer sobre a vontade popular, que deveria ser soberana, nos resultados das disputas eleitorais estratégicas para os seus negócios privados.

Como as delações que ora vêm à tona

revelam com fartura de detalhes sórdidos, os executivos e operadores de tais empresas identificavam os candidatos mais promissores em cada eleição e tratavam de impulsioná-los mediante repasses de recursos, por vezes pagos dentro dos limites da legislação eleitoral, a título de doação oficial de campanha. No mais das vezes, porém, os repasses eram mesmo efetuados “por fora”, distantes da contabilidade oficial de campanha e da lupa (por sinal, de baixo alcance) dos órgãos fiscalizadores.

Ora os representantes dessas companhias selecionavam, no páreo, os cavalos com mais chances de vencer a corrida, e então injetavam recursos sem parcimônia na campanha dos seus favoritos para assegurar a vitória dos mesmos. Ora distribuíam os ovos em dois ou mais cestos, no caso de disputas mais acirradas, sem um favorito evidente. De todo modo, a empresa não tinha como perder. Nessa

estratégia de ganha-ganha, fosse qual fosse o resultado das urnas, ela na certa teria exercido algum tipo de interferência a favor do vencedor, a quem, uma vez empossado, a fatura seria apresentada.

Em alguns casos, a contrapartida era posta sobre a mesa, explicitada desde o início das negociações. Em muitos outros, como afirmam os delatores, a contrapartida estava implícita, subentendida. Na definição de Marcelo Odebrecht, a contribuição a um candidato, por si mesma, gerava uma “expectativa” mútua entre as partes, que dispensava verbalização. Como disse lá atrás um dos primeiros e mais importantes delatores, Paulo Roberto Costa, não existe almoço de graça. Tendo chegado ao poder mediante tal impulso financeiro, o candidato eleito passa a estar implicitamente atrelado a sua financiadora. E, investido no cargo, sabe que terá de fazer a sua parte e pagar a contento a sua “dívida de gratidão”. *Quid pro quo.*

Foi nisso que se transformou o sistema político-eleitoral brasileiro.

Diante de tantos elementos, que outra conclusão podemos tirar? A nossa democracia está viciada, com as engrenagens corrompidas. Do jeito que está não funciona e, se continuar assim, não terá chances de voltar a funcionar. A corrupção fez-se sistêmica, penetrou nas estruturas, virou parte do próprio sistema político. Por isso, é preciso mudá-lo, urgente e drasticamente. Mas mudá-lo como? Em que direção? É sobre isso que nos debruçaremos nos próximos dias, começando pelas análises abaixo.

ENTREVISTA

“NÃO CABEM MAIS EMENDAS E SIM UMA MUDANÇA MAIS AMPLA”

Paulo Calmon
Cientista político (UnB)

« O sistema político brasileiro chegou ao fundo do poço. A delação da Odebrecht marca o fim, o ponto sem retorno. Por isso, no meio intelectual, cresce a sensação de que talvez seja chegada a hora de apertar “reset”, zerar o jogo e recomençar. Reforma política já não basta, não dá conta da gravidade da situação. De modo mais específico, cresce um sentimento favorável a uma nova Constituinte, ecoado pelo cientista

político Paulo Calmon, do Instituto de Ciência Política da UnB. Para ele, “faz todo o sentido fazermos uma rediscussão do que chamamos de Constituição”.

A delação da Odebrecht e a consequente “lista de Fachin” detonam de vez o sistema político brasileiro? Põem em evidência a necessidade de reformulá-lo?

Sem sombra de dúvida, a lista de Fachin materializa aqueles indícios de possível envolvimento de um grande número de políticos que compõem uma parte fundamental da elite política brasileira, o que demonstra que essa elite política vinha operando, na sua prática cotidiana, de maneira distinta ao que determinam as leis que orientam o nosso sistema político. Isso demonstra que as instituições não estão funcionando

como deveriam. Trata-se de uma questão sistêmica, estrutural, mais do que de indivíduos. O sistema eleitoral é um sistema competitivo. Se os adversários recorrem a meios ilegais de financiamento, você acaba apelando para os mesmos mecanismos para se financiar. E, se não há instrumentos fiscalizatórios, acaba-se criando esse imbróglio que está aí, o que demonstra a fragilidade do sistema político brasileiro.

O senhor acredita que seja o caso de se instaurar uma nova Assembleia Constituinte?

Acho que faz todo o sentido fazermos uma rediscussão do que chamamos de Constituição e desse arranjo institucional dentro do país. A crise está ganhando uma dimensão tão grande e profunda que nos demanda pelo menos pensar

nessa alternativa como uma saída para este momento que estamos vivendo. Não estamos vendo a luz no fim do túnel e não estamos vendo ninguém construindo esse túnel. A pergunta é se o país vai querer continuar a viver o seu cotidiano nesse arcabouço institucional que está aí e que gerou isso. Não cabem mais emendas e sim uma mudança mais ampla.

Na prática, como essa ideia poderia ser efetivada?

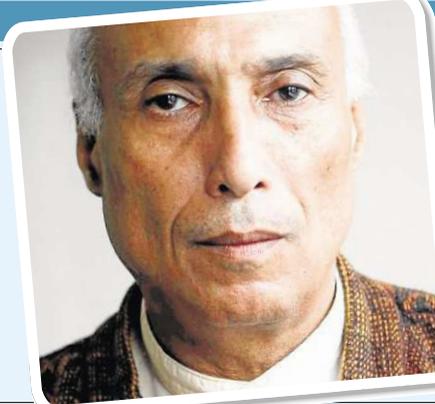
Há várias possibilidades. Uma é que, após a eleição de 2018, quem for eleito tenha o papel de reformular a Carta Magna. Outra é uma legislação própria que estabeleça uma Assembleia Nacional Constituinte, separada do Congresso. Agora, seria importante que essa ideia fosse sujeita a uma consulta popular. A população tem que participar dessa discussão.

ANÁLISE

“Reforma já não basta”

« A lista põe em evidência o sistema político que está em vigor no país desde 1946. O modelo de se fazer política no Brasil foi colocado em xeque. E o modelo de se financiar a política foi criminalizado até no caixa um, por causa da origem espúria dos recursos e em função da troca de

favores depois. Então, é evidente que o modelo político brasileiro agoniza. Com a lista de Fachin, essa discussão ganha mais fôlego e mais urgência. O momento pede uma Constituinte ampla. A crise atinge o sistema de tal modo que exige uma refundação da República. Portanto, o momento pode ser visto como pré-Constituinte, em razão da falência do modelo anterior.



Como isso vai se dar? Não sei. Mas o momento está exigindo isso. Uma reforma política já não basta. O próprio relator da reforma política na comissão criada na Câmara (Vicente Cândido, do PT-SP) está na lista. São medidas ineficazes. O nosso modelo republicano está em crise.

PAULO BAÍA
CIENTISTA POLÍTICO - UF RJ